



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Carla Cristina Marinho Piva¹
Chris Giselle Pegas Pereira da Silva²
Cristiane de Barros Pereira³

Resumo: O presente artigo visa mostrar alguns apontamentos sobre o trabalho do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Para atingir esse objetivo, é apresentada a concepção de trabalho e seus processos no cenário contemporâneo e são expostas algumas características da organização e das relações no espaço de trabalho além das estratégias/ desafios para execução dos serviços. As questões que perpassam pelo trabalho do CRAS influenciam diretamente no exercício do Serviço Social e as principais considerações indicam elementos significativos que possibilitam uma reflexão crítica sobre a importância da atuação profissional.

Palavras-chave: Trabalho, assistente social, CRAS.

Abstract: This article aims to show some notes about the work of the social worker in the Reference Center for Social Assistance (CRAS). In order to reach this objective, the conception of work and its processes in the contemporary scenario is presented and some characteristics of the organization and the relations in the work space are exposed, besides the strategies / challenges for the execution of the services. The questions that cross the work of CRAS directly influence the exercise of Social Work and the main considerations indicate significant elements that allow a critical reflection on the importance of professional performance.

Keywords: Work, social worker, CRAS.

1. INTRODUÇÃO

A história da sociedade brasileira, marcada pela luta dos setores democráticos rumo à consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizados como a defesa dos direitos civis e o reconhecimento das peculiaridades individuais e sociais, vêm adquirindo nos últimos anos novos estatutos, adensando as reivindicações

¹ Profissional de Serviço Social, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, E-mail: carla10marinho@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, E-mail: carla10marinho@gmail.com.

³ Profissional de Serviço Social, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, E-mail: carla10marinho@gmail.com.

de cidadania. Particularmente, para os assistentes sociais, esse cenário demonstra a importância do compromisso ético-político expresso no código de ética da categoria, além de suscitar a reflexão e a avaliação da qualidade dos seus serviços prestados à população usuária. Nesse sentido, esse artigo é fruto de experiências profissionais dos autores em alguns CRAS do Município do Rio de Janeiro.

As mudanças nas políticas públicas a partir da constituição de 1988, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado, repercutiram sobremaneira no cotidiano profissional. A assistência social nas últimas duas décadas, ganha nova normatização baseada nos princípios dos direitos sociais, no entanto, são múltiplos os desafios e limites no enfrentamento das diversas, e cada vez mais complexas, expressões da questão social.

A Política Nacional de Assistência Social foi aprovada pela resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e se propõe a materializar as diretrizes preconizadas pela Lei Orgânica de Assistência Social e dos princípios inseridos na Constituição Federal de 1988 que destaca a assistência social como uma política social e um direito de cidadania. Na perspectiva de promover maior efetividade das ações dessa Política, aumentando sua cobertura, que se configurou o Sistema Único da Assistência Social (SUAS). No SUAS, os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social são reorganizados por níveis de proteção, em Proteção Social Básica (voltada à prevenção de situações de riscos pessoal e social, fortalecendo a potencialidade das famílias e dos indivíduos) e Proteção Social Especial (voltada à proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social).

Os serviços da Proteção Social Básica devem ser oferecidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que atuam “[...] com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Obrigatoriamente o assistente social compõe a equipe de referência do CRAS (NOB-RH/SUAS, 2006).

A reconfiguração da assistência social no início do século XXI trouxe novos contornos para o trabalho, o que alterou a organização e relações que caracterizam o fazer profissional. É na regência dessa conjuntura que questões suscitadas no cotidiano do processo interventivo, conduziram à decisão de elaborarmos o presente artigo sobre o trabalho do assistente social no CRAS. Isso implicou revisitar o debate do Serviço Social sobre a categoria trabalho e conhecer de perto o modo como o sujeito profissional lida com o dilema da autonomia, a partir de uma pauta de produção de

serviços delimitada gerencialmente.

Para compreender esse universo realizamos um mapeamento e análise mais ampla da categoria trabalho, considerando o exercício profissional a partir dos seus determinantes sócio-históricos, suas bases teórico-metodológicas, éticas e políticas. Essas foram as lentes que possibilitaram realizar um debate orientador acerca do processo interventivo e decifrar suas relações no campo empírico. Esse exercício materializou-se a partir de observações e indagações como assistentes sociais das unidades, revisões bibliográficas, aproximações com o instrumental técnico e com o material elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério da Cidadania. O propósito central desse trabalho é possibilitar a percepção da lógica de produção dos serviços, bem como das práticas de organização do trabalho, assim como a apreensão das orientações referentes às relações com as demais categorias profissionais.

2. TRABALHO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

O trabalho é interpretado aqui, como uma atividade racional orientada para um fim, para a produção de valores de uso e para a assimilação de matérias naturais para a satisfação de necessidades humanas. É, originalmente, metabolismo entre o homem e a natureza. Esse trabalho concreto, formador de valores de uso é condição da vida humana, independente das formas de sociedade. É atividade existencial do homem, como atividade livre e consciente.

Partimos da interpretação de que na dimensão social da vida se dá uma articulação entre o mundo da causalidade e da teleologia, ou seja, as ações humanas são determinadas por condições externas aos indivíduos singulares e, ao mesmo tempo, os homens tentam implementar projetos na vida social. O ponto de partida é a produção material, produção de um grau determinado de desenvolvimento social, em uma dada época histórica que é ao mesmo tempo produção de indivíduos sociais. Para tanto, aponta-se a concepção de trabalho que referenda a base da reflexão:

[...] um processo social de transformação que visa a atender necessidades sociais de reprodução humana. Manifesta-se como categoria central para a compreensão das diferentes formas de sociedade e apresenta determinado feixe de elementos passíveis de constituírem, de forma simples e abstrata, o trabalho humano em geral. (BARBOSA, ALMEIDA, GOMES, 1998, p. 111)

O trabalho implica, pois, mudanças também no sujeito e não só no objeto. Sob o ângulo material, é produção de objetos aptos a serem utilizados pelo homem,

produção de meios de vida, através dos quais os homens produzem indiretamente a sua vida material. Sob o ângulo subjetivo, é processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas, desenvolvendo aquelas inscritas na natureza orgânica do homem, humanizando-as e criando novas necessidades. Enfim, é produção objetiva e subjetiva, de objetos materiais e de subjetividade humana.

Na ótica do capitalismo, o trabalho e seu processo respondem às exigências características do seu sistema de dominação. Nesse sentido, o trabalho do assistente social enquanto processo laborativo, integrado na arquitetura da produção capitalista, está imerso no processo de dominação. A demanda em torno da prática do assistente social não se restringe à produção de conhecimentos. Apesar das concepções científicas sobre as carências sociais, materiais e imateriais da socialização urbano-industrial, o trabalho do assistente social está inserido na esfera da divisão social do trabalho e responde às demandas concretas por resultados sobre práticas sociais.

Sendo assim, a análise do processo de trabalho constitui um importante conjunto de reflexões sobre a organização do trabalho nas sociedades capitalistas e, dessa forma, as diferentes perspectivas devem representar bases para fundamentação e construção de avanços na elaboração teórica mais complexa sobre as diversas questões que perpassam o processo de trabalho. Pensando-se especificamente no processo de trabalho dos assistentes sociais duas questões parecem primordiais: controle e consentimento. Com essas ponderações, o exame dos meios através dos quais se materializa o trabalho do assistente social, se orienta por dois eixos: a competência política e teórico-metodológica para exercer o trabalho e a realidade sócio-institucional na qual se efetiva a ação do Serviço Social. Duas dimensões subjetivas do fazer profissional, entendido como trabalho que visa atender necessidades sociais de reprodução do homem na sociedade.

[...] se aquela natureza geral do processo de trabalho era passível de ser operada na relação simples de transformação entre sujeito, objeto e instrumentos tendo em conta um produto, sob o capitalismo, o trabalho e seu processo respondem exigências características do seu sistema de dominação baseado na propriedade do trabalho por parte do capitalista e o conseqüente controle sobre o modo de trabalhar; e, na propriedade sobre o produto que deixa de responder somente a necessidades sociais de reprodução. (BARBOSA, ALMEIDA, CARDOSO, 1998, p. 112)

Na sequencia dessas reflexões, evidencia-se que o Serviço Social não possui “um” ou “o” processo de trabalho, mas se insere em processos no campo da divisão sociotécnica do trabalho. Pode, dessa forma, se inserir em distintos espaços sócio-ocupacionais, como o universo empresarial, onde tem uma atuação mais direta

sobre a força de trabalho ou, outro exemplo, em órgãos públicos onde atua na reprodução social ampliada, destacadamente, mas não só, na perspectiva de democratização de acesso a serviços.

Barbosa, Cardoso e Almeida (1998) afirmam que é importante compreender as várias dimensões que dão forma às relações de trabalho: a dimensão política das relações com o Estado e os movimentos sociais; a dimensão econômico-institucional da posição da unidade produtiva específica na rede de produção e serviços; a própria dimensão institucional que transita nas atividades trabalhistas; a dimensão da organização do processo de trabalho; a dimensão tecnológica do processo de trabalho na apreensão do objeto, o uso dos meios, a configuração do produto do trabalho; a dimensão da gestão de recursos humanos; a dimensão simbólica representada pelos valores e ideias que atravessam o cotidiano formal das normas e regulamentos, além dos comportamentos informais no trabalho. Significa, portanto, vislumbrar a ampliação do conceito de processo de trabalho, buscando outros elementos que possibilitem compreender esse universo problematizando questões relativas à autonomia e controle do técnico na ação profissional.

Por isso, a interpretação dos diferentes contextos sócio-históricos é de fundamental importância, pois é a partir deles que se constituem os processos de trabalho. Seja no que tange à questão tecnológica, assim como no contexto de sua resposta aos interesses sociais em uma dada conjuntura específica. Nessa direção, mencionamos o conceito apresentado por Almeida (1995) de processo de trabalho como “uma combinação da forma e do espaço de realização da produção, efetivada sob certas condições, condições estas determinadas pelas condições sociais vigentes numa dada formação social.” (ALMEIDA, 1995, p.16)

Nesse sentido, a objetividade do trabalho é atravessada pelo conteúdo tecnológico identificável nos processos de trabalho composto por dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas que definem a forma de apropriação e utilização dos meios de trabalho na transformação de um dado objeto. Além disso, a relação profissional/instrumento de trabalho dependerá ainda de fatores que colaboram para constituição dos processos de trabalho como o nível de autonomia que o profissional possua na instituição para desenvolver sua intervenção, o maior ou menor grau de burocratização das relações, a relação entre objetivos profissionais e institucionais, entre outros.

3. CATEGORIAS EM EXAME: ORGANIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES NO ESPAÇO DE TRABALHO

Com relação à tônica que configura o processo de trabalho do assistente social e suas conexões com o campo dos serviços, projetos e programas, cabe sinalizar que não se trata de negá-lo em sua essência, mas compreendê-lo a partir de sua dualidade. Se por um lado temos um trabalho que se converte em um esforço marcado pela produção técnica, sabe-se que ao mesmo tempo necessitamos do trabalho humano e seu potencial de transformação da realidade social.

Para elaborarmos uma interpretação analítica acerca da relação do trabalho do assistente social no CRAS, a discussão foi conduzida tendo em conta o panorama que marca os desafios prioritários de enfrentamento para todos os segmentos de trabalhadores do Centro de Referência da Assistência Social. A estratégia de trabalho social com as famílias aponta para o desafio de garantir a participação frequente das famílias nos grupos e reuniões coletivas, aspectos que envolvem o enfrentamento da pobreza como expressão da questão social, os reflexos da violência social e seu impacto no universo domiciliar e territorial.

O trabalho do assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é realizado em prol da contribuição da superação das vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias e se executa de diversas formas (através de acolhida, entrevistas aos usuários, reunião com famílias e com a equipe do CRAS, estudo de casos, visitas domiciliares, reuniões institucionais, encaminhamentos, articulação da rede, busca de parcerias com cursos e projetos de capacitação profissional e geração de renda, ações nas comunidades, participação em eventos visando à qualificação profissional). Nesse sentido, a atuação profissional se materializa através de ações técnicas em prol do efetivo acompanhamento dos usuários inseridos no Programa. Desse modo, o trabalho social com famílias requer uma escuta qualificada e cuidadosa, buscando entender as reais demandas dos usuários, a fim de identificar não só os pontos de vulnerabilidade, mas também a existência de recursos disponíveis.

A família constrói sua própria história em que expressa a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetivos e subjetivos da cultura em que vive (SARTI, 2008). Perguntar pela afetividade que une a família é mais importante que analisar a estrutura familiar (SAWAIA, 2008). A família precisa se sentir acolhida e confortável para expor suas vulnerabilidades, por isso o primeiro atendimento é muito

relevante. Nesse momento, a família é ouvida, são apresentados os programas e serviços oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e realizados os primeiros encaminhamentos e orientações. O desafio, muitas vezes, está no comparecimento da família aos próximos atendimentos e reuniões propostos pelos profissionais do CRAS, por isso é importante criar estratégias para o fortalecimento de vínculos entre a instituição e a família.

As três principais categorias elencadas como eixos para a elaboração da análise do processo de trabalho do assistente social no contexto explicitado foram: *Organização do Trabalho, Caracterização do Trabalho Profissional e as Relações no Espaço de Trabalho*.

A primeira categoria *Organização do Trabalho* **implica** pensar o serviço produzido pelos trabalhadores, os aspectos relacionados à coordenação técnica do trabalho, a qualidade desse trabalho e mecanismos de monitoramento e avaliação das ações interventivas.

A categoria *Caracterização do Trabalho* busca reconhecer como o trabalho se configura no cotidiano interventivo. De maneira geral, as ações transitam no formato de atendimentos e encontros temáticos, materializados por atividades sociopedagógicas e culturais.

Por último, a categoria *Relações no Espaço de Trabalho* reúne quesitos sobre a estrutura de gerenciamento, a avaliação das relações de trabalho, a representação dos trabalhadores no espaço laborativo e a comunicação com os segmentos internos e externos. Neste eixo, vislumbra-se conhecer as estratégias dos assistentes sociais - enquanto parte de um processo de trabalho coletivo - de enfrentamento dos desafios impostos pelo cotidiano do trabalho, assim como as possibilidades de qualificação profissional.

O referencial teórico-metodológico do CRAS assume uma tônica fundamentada no acompanhamento familiar, na articulação intersetorial, coordenação das redes e o reconhecimento da amplitude da Proteção Social, atentando para as formas como a assistência social pode contribuir para um atendimento pautado nas necessidades da população. De forma complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento à Família (PAIF) em que se efetiva o trabalho com famílias no CRAS, destaca-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que tem por eixos de atuação a promoção da participação social, da convivência familiar e comunitária.

O trabalho do serviço social no CRAS apresenta três etapas sequenciais. A

primeira constitui-se no momento da aproximação com a literatura relacionada à Política de Assistência Social e temas correlatos. As principais referências teóricas são publicizadas pelo gestor do CRAS para equipe técnica que após leitura, realiza um debate com o objetivo de esclarecer e aprofundar a compreensão acerca dos mesmos. A segunda etapa implica no planejamento das ações propriamente ditas. As reuniões de equipe dos trabalhadores têm por objetivo, a partir de um enfoque multiprofissional e da aproximação teórica com a temática, a elaboração dos passos metodológicos para intervenção. Por meio desse planejamento, são pensadas as técnicas a serem utilizadas tanto nas abordagens individuais quanto nas coletivas, são planejados os grupos educativos com famílias, são definidos fluxos para acompanhamento das famílias no CRAS, bem como a organização dos Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Além disso, se discute a participação das famílias nas reuniões com os profissionais, entendidas aqui como sujeitos desse processo o que, portanto, demanda compreendê-las a partir de sua realidade cotidiana em contexto sócio-histórico mais amplo.

Por último, a terceira etapa representa a materialização do planejamento, são realizados os atendimentos e grupos coletivos. As famílias são acompanhadas de acordo com as demandas apresentadas e o plano de acompanhamento proposto, conforme destacado no Prontuário SUAS. As especificidades das questões expressas pelas famílias podem ser objeto de intervenção mais específica de uma ou outra categoria profissional, mas busca-se uma atuação integrada entre a equipe objetivando-se o fortalecimento das intervenções. Também fazem parte dessa etapa de trabalho debates coletivos entre as categorias em cena, reuniões da direção da unidade com os profissionais, reuniões dos técnicos com os dinamizadores dos SCFV, reuniões bimensais da equipe multiprofissional dos trabalhadores do CRAS e reuniões da equipe técnica para análise de questões relacionadas às solicitações de instituições como o Ministério Público; Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal da Assistência Social e questões encaminhadas pela rede de serviços socioassistenciais

4. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: APONTAMENTOS DAS EXPERIÊNCIAS

É relevante mencionar que o quadro societário de intensificação da

desigualdade econômica e luta da população pela reprodução social nesse século aponta para importância de pensarmos o sentido social da constituição da política pública. Nesse contexto, a pauperização, a não inserção no mercado formal de trabalho, a informalidade caracterizada pela ausência de direitos sociais e baixa qualidade de empregos, além da retração das políticas sociais como consequências do ajuste que o capital vem realizando nos últimos anos para atender a sua crise de acumulação, provocam graves danos sociais.

Sinalizamos aqui, a importância de um exercício intelectual profissional que precede à metodologia estabelecida para implementação da produção técnica. Considerando que o planejamento das ações no processo de trabalho do CRAS deve ser gestado a partir de uma tônica gerencial e de organização dos profissionais nos espaços coletivos, ressaltamos a importância de estudos e capacitação para todos os atores envolvidos no processo de trabalho, inclusive para os gestores conforme salienta Silva:

[...] gerir essas unidades significa administrar os mais diferentes níveis de complexidade e as múltiplas expressões da questão social em nível local. As reflexões sumárias indicam também que, para implementação do SUAS, é fundamental, dentre outros fatores, o reconhecimento da importância da profissionalização dos quadros. (2012, p.198)

O SUAS, enquanto um sistema público, apresenta novas propostas para execução da assistência e seus mecanismos para enfrentamento da questão social. Representa um novo modo de gestão dos serviços e do trabalho na assistência social, visando à profissionalização e a diminuição da fragmentação da política de assistência social. Exemplos desse novo modo de concepção e atuação da política de assistência social são as regulamentações acerca das ações e procedimentos, bem como a sustentação dos serviços em estudos de realidade.

Nesse sentido atribuiu-se especial atenção à produção de informação, o monitoramento e a avaliação. A produção de informação sobre a realidade da população brasileira bem como o monitoramento e avaliação dos serviços, sem dúvida contribui para o que Yasbek destaca a partir do movimento de regulamentação e de materialização da assistência social enquanto política pública, conforme destacado na PNAS, “(...) configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação do seu protagonismo.” (2004, p. 12-13).

Torna-se oportuno elencar ainda, a presença e prevalência dos programas de transferência de renda no campo técnico-operacional, enquanto ações que abarcam

uma parcela significativa do trabalho dos assistentes sociais no interior dos CRAS. Esse panorama é marcado pelas políticas sociais do século XXI:

Trata-se de transformações geradoras de um profundo rearranjo do mercado capitalista, cuja maior manifestação são os processos de globalização e regionalização dos mercados, com concentração cada vez maior do capital financeiro. Daí decorrem situações que demandam ações do Estado para proteção do amplo contingente de trabalhadores que passam a vivenciar o desemprego estrutural ou a precarização do seu trabalho. (YASBEK, 2006, p. 13)

Nessa conjuntura, constata-se a manutenção dessa prevalência da transferência de renda no processo de trabalho no CRAS o que demonstra a dificuldade de articulação de serviços e benefícios no campo da assistência social. Superar essa dicotomia requer ampliar a dimensão teórica-técnica, crítica e reflexiva para qualificar cada vez mais o trabalho social com famílias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão proposta identifica-se que um dos desafios para o trabalho de assistente social no CRAS hoje é: ser capaz de construir propostas de práticas sociais criativas. No contexto em que se encontra a população usuária dos nossos serviços, possibilitar melhorias efetivas das condições materiais de existência dos sujeitos e famílias demanda uma atuação em rede que não só conhece o território, como o compreende em suas especificidades e potencialidades. Outro desafio que está posto para os assistentes sociais, refere-se à necessidade do trabalho coletivo. É preciso investir no processo interventivo articulado com os demais segmentos profissionais. Um terceiro desafio a destacar é a necessidade de maior investimento em planejamento tanto da gestão central como no nível local, como etapa fundamental que marca todo o processo de implementação das políticas sociais.

No CRAS, a atuação do Serviço Social se concretiza de forma propositiva em suas diversas atividades, visando estabelecer ou restabelecer às famílias a condição de sujeitos de direitos, configurando-se como um importante papel para a consolidação da cidadania.

A reflexão crítica sobre a intervenção profissional e a compreensão do contexto sócio-histórico em que está inserido o usuário, visa contribuir com a totalidade da democratização dos direitos sociais.

Por fim, salientamos que os preceitos da política de assistência social, bem

como os compromissos expressos no projeto ético político dos assistentes sociais, apontam para a necessidade de construir práticas cotidianas que afirmem os valores democráticos na busca pela construção de um novo projeto societário.

6. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de e DUARTE, Marco José de Oliveira (org). Família & Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARBOSA, R.N; CARDOSO, F.G ; ALMEIDA, N.L. A categoria processo de trabalho e o trabalho do Assistente Social. Serviço social e sociedade, São Paulo, nº. 58, Cortez, 1998.

BRASIL Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto Constitucional de 05 de outubro de 1988. Título VIII – Da Ordem Social. São Paulo: Editora Fisco e Contribuinte, 1998.

_____. Presidência da República. Lei orgânica da assistência social, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada em DOU de 08 de dezembro de 1993.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOBSUAS. Brasília, 2005.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 269, de 15 de julho de 2005. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOBRH/SUAS. Brasília, 2006.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica do SUAS. Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Resolução n. 27, de 24 de fevereiro de 2005, versão preliminar, março de 2005.

_____. Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília (DF), p. 1-43, 25 nov. 2009.

CARDOSO, I ; FRANCISCO, E.M. Considerações ao debate da teoria do processo de trabalho (Syn)thesis. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Serviço social em tempo de capital fetiche, capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortês, 2007.

LOPES, Maria Helena Carvalho. O tempo do SUAS. Revista serviço social e Sociedade. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Reestruturação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (org). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.50, 1996.

PIVA, C.C.M. O Trabalho na Assistência Social Carioca / Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

RAMALHO, J.R. Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: um balanço do debate. Boletim informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais n. 32, Rio de Janeiro, 1991.

RAMOS, M.H.R.; GOMES, M.F.C.M. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: uma contribuição para pensar a natureza do Serviço Social enquanto prática profissional. Temporalis, Brasília, Abepss, n.2, p.59-87. Jul./dez, 2000.

ROSSO, Sadi Dal. Mais Trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

SARTI, Cyntia. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; PUC-SP, 2008. p. 21-36.

SAWAIA, Bader B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; PUC-SP, 2008. p. 39-50.

SILVA, V.P. A Gestão dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS em foco: um estudo do município do Rio de Janeiro. O Trabalho Social nas políticas Públicas / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social. Rio de Janeiro:2015.

YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva ; Silva ; GIOVANNI, Geraldo di. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2006.

YAZBEK, Maria C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo, Cortez, 1993.

YAZBEK, Maria C. Mudanças atuais no capitalismo e perspectivas para as políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, v. 14, 2010. Disponível em:
<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/383/839>>.